

INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA

Estudo Técnico Preliminar 21/2024**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23331.251712.2025-13

2. Descrição da necessidade

Trata-se da necessidade da contratação dos serviços de profissionais TILS - Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa, para atender as demandas do IF Baiano - Campus Itapetinga, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Visando o atendimento das finalidades institucionais do IF Baiano - *Campus* Itapetinga, qual seja, oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, faz-se necessário que esta instituição disponha de serviços acessórios para os quais não dispõe de força de trabalho ou força de trabalho limitada, visto que o cargo de Tradutor e Intérprete de Libras se encontra no conjunto de cargos onde está vedada a abertura de concurso ou provimento de vagas adicionais, conforme disposto no Decreto n.º 10.185/2019. Assim, torna-se necessária a terceirização das atividades acessórias, expediente amparado pelo Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, de modo a garantir o cumprimento da legislação no que se refere à acessibilidade e inclusão.

A Lei n.º 10.436/2002 reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, onde o poder público deve garantir formas institucionalizadas de apoio e de difusão de seu uso.

O Decreto n.º 5.626/2005 determina o seguinte:

“(...) Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para: a) o ensino e uso da Libras; b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

a) professor de Libras ou instrutor de Libras; b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

(...) 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva. (...)”

O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão n.º 13.146/2015 traz no artigo 27º parágrafo único que “*é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação*”. Para a efetivação de uma educação de qualidade, o Estatuto propõe ainda no art. 28º inciso XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras – Língua Brasileira de Sinais, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.

Além disso, o serviço prestado por profissionais qualificados para atuarem como tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras, com competência para realizar a interpretação de Libras, visando à garantia da comunicação entre a pessoa surda e o ouvinte, devem levar em consideração a Lei n.º 12.319 /2010 que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras, bem como os requisitos da ABNT NBR n.º 15.599: Acessibilidade - comunicação na prestação de serviços.

Também se faz necessário comentar o cenário atual do Campus Itapetinga quanto ao atendimento desta demanda. Atualmente o *campus* possui um contrato de prestação continuada dos serviços de Tradutor/Intérprete de Libras (Contrato Nº 11/2024), no entanto o mesmo não vem conseguindo atender todas as demandas, principalmente aquelas apresentadas após o início dos cursos superiores noturnos, principalmente o Curso de Licenciatura em Letras Libras, além das demandas dos cursos técnico integrado.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns (Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XIII), em função de possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, as quais serão pormenorizadas por este estudo técnico preliminar.

Os serviços são enquadrados como contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XVI), tendo em vista que o modelo de execução contratual exige que os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços, o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos e possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Justifica-se a adoção do sistema de registro de preço (SRP) pelo fato de se tratar de serviços cujas contratações são frequentes e, mesmo assim, não ser possível mensurar previamente a quantidade de vezes em que os serviços serão demandados ao longo do exercício financeiro, de forma a não permitir a realização de contratações convencionais. Além do mais, essa modalidade de contratação, nestes casos, propicia economia para a Administração Pública, conforme dispõe o artigo 3º do Decreto nº 7.892/13, incisos I e II.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Direção Acadêmica	Lucas Ferreira Borges

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para apoio nas atividades acadêmicas de estudantes em cursos de formação técnica e superior.

A formação e experiência dos profissionais devem ser exigidas considerando o exercício de suas ocupações, conforme CBO e demais disposições contidas neste documento

Quanto ao CBO: **2614-25, TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS**

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação.

A execução dos serviços se dará nos **turnos matutino, vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados**. Para cômputo da planilha de custos, **a licitante deverá considerar o adicional noturno dos profissionais que ultrapassam o horário de 22h**. Os horários poderão ser alterados conforme solicitação da fiscalização.

Os serviços poderão ser, eventualmente, executados em finais de semana, para atendimento às atividades acadêmicas, desde que a carga horária semanal de trabalho do prestador de serviço não ultrapasse a carga horária do respectivo posto de trabalho.

O **prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano**, contados da assinatura do contrato, **prorrogável por até 10 anos**, na forma dos artigos n.º 106 e 107 da Lei nº14.133/2021.

Será exigida a prestação de **garantia pela Contratada**, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir da data da emissão da ordem de serviço.

Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custo e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da CONTRATADA empregados na execução do contrato, cujos valores retidos das faturas mensais serão depositados pelo CONTRATANTE em **conta depósito vinculada**, bloqueada para movimentação, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017, e suas alterações, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos demais itens deste documento.

A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os **acréscimos ou supressões contratuais** que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

O serviço contratado deverá possibilitar o aferimento do nível de serviço prestado, para que os usuários possam se manifestar sobre a sua percepção de qualidade quanto do uso do serviço, adotando, por exemplo, pesquisa de satisfação.

O licitante deverá comprovar, por meio de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato(s) de serviços continuados de fornecimento de mão de obra em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Poderá ser aceito o somatório dos atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente. Nos termos do Acórdão 1.214/2013, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. A apresentação de atestado comprovando que a contratada tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado deve referir-se, neste caso, a **período não inferior a 3 (três) anos**.

O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de bens e **serviços comuns**, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos dos incisos XIII e XLI, do Art. 6º, da Lei nº 14.133/2021.

O contrato decorrente da licitação terá prazo de **duração inicial de 12 meses**, com base no Art. 106 da Lei n. 14.133/2021:

A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual; II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção; III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser **prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal**, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (ART. 107, DA LEI N. 14.133/2021).

Destaca-se que **não há necessidade** de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Os serviços serão prestados **no seguinte endereço**:

- **Campus Itapetinga:** Avenida Júlio José Rodrigues, s/n, Bairro Clerolândia, CEP: 45.700-000, Itapetinga/BA.

Quanto aos **critérios de sustentabilidade ambiental**, a Instrução Normativa n.º 05/2017 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), no seu Art. 1º, aduz que os órgãos da Administração Pública, quando da contratação de serviços, os editais deverão prever que as empresas contratadas adotarão práticas de sustentabilidade na execução dos serviços. Em complemento, o inciso IV, do Art. 11, da Lei nº 14.133/2021 diz que incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável é um dos objetivos do processo licitatório.

Assim, sendo, o prestador de serviço, por meio de seus empregados, **deve-se observar as boas práticas de otimização de recursos**, redução de desperdícios e dos índices de poluição, pautando-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados pela Contratada, tais como:

- a) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses da execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- b) Dar preferência ao uso de materiais classificados como sustentáveis, ou de origem de matéria prima sustentável;
- c) Fazer uso racional de água, conforme estabelece o Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, bem como, de energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;
- d) Atuar, o supervisor, os encarregados e os líderes de turma, como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada;
- e) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;

- h) A Contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- i) Recolher todos os resíduos sólidos e líquidos gerados na execução do serviço e dispensá-los em local adequado;
- j) A Contratada deverá utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- k) A empresa deverá apresentar declaração de sustentabilidade em que se comprometa a cumprir todos os dispositivos do item anterior deste estudo preliminar. Esse documento fará parte dos documentos de habilitação;
- l) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA n.º 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- m) Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA n.º 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens;
- n) Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA n.º 401, de 04/11 /2008, tais como: I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação; e
- o) A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n.º 08, de 03/09 /2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei n.º 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA n.º 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

5. Levantamento de Mercado

Para a referida necessidade haviam três cenários possíveis:

Opção de solução 01 - Realização de concurso público. Alternativa inviável uma vez publicado o Decreto n.º 10.185/2019, que extinguiu os cargos efetivos vagos e que vierem a vagar e vedou a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos de tradutor/intérprete de Libras.

Opção de Solução 02 - Contratação de servidores temporários para atuarem como tradutor/intérprete de Libras. Opção também inviável para o Campus Itapetinga, tendo em vista o fato do IF Baiano possuir autorização para contratação somente de 9 profissionais, vagas estas que já estão sendo utilizadas por outros campi.

Opção de Solução 03 - Contratação dos serviços de tradutor/intérprete de Libras com dedicação exclusiva de mão de obra.

O modelo de execução do serviço desta opção já é conhecida pelo campus, pois é usado atualmente nos contratos vigentes. Ele tem gerado os efeitos esperados e atendida as necessidades. A sua principal vantagem é a questão do atendimento imediato das demandas, uma vez que o serviço envolve a disponibilidade de mão de obra com dedicação exclusiva.

Além disso, esse modelo é amplamente utilizado pelo mercado, sendo adotado por diversas instituições de ensino.

Dessa forma, essa solução **MOSTRA-SE VIÁVEL**, uma vez que as experiências anteriores mostram que ela oferece flexibilidade, agilidade e rapidez no atendimento das necessidades, além da apresentação de outras vantagens.

6. Descrição da solução como um todo

Após a conclusão do estudo comparativo entre as soluções, a partir do levantamento do mercado, optando-se pela **Opção 1 - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de tradutor/intérprete de Libras, com dedicação exclusiva de mão de obra**. A seguir, relata-se sobre as características identificadas para a solução escolhida.

A contratação em questão trata-se de **serviço comum, de caráter continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

A prestação do serviço **não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade **PREGÃO**, que é uma modalidade de licitação obrigatória para **aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (**XLI, Art. 6º, da Lei n. 14.133 /2021**).

O pregão possibilitará a ampla concorrência entre os fornecedores interessados, desde que atendam os requisitos mínimos de habilitação e do objeto, a se fazerem constantes no Edital e Termo de Referência.

Justifica-se ainda a adoção do sistema de registro de preço (SRP) pelo fato de se tratar de serviços cujas contratações são frequentes e, mesmo assim, não ser possível mensurar previamente a quantidade de vezes em que os serviços serão demandados ao longo do exercício financeiro, de forma a não permitir a realização de contratações convencionais. Além do mais, essa modalidade de contratação, nestes casos, propicia economia para a Administração Pública, conforme dispõe o artigo 3º do Decreto nº 7.892/13, incisos I e II.

O Contrato decorrente da licitação terá prazo de duração inicial de 12 meses, com base no Art. 106 da Lei n. 14.133/2021:

A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual; II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção; III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal (10 anos), desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (**ART. 107, DA LEI N. 14.133/2021**).

O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**, caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações	
CBO e Categoria	Descrição das atividades
2614-25 Intérprete de língua de sinais	Traduzem, na forma escrita e/ou oral, textos e imagens de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos. Prestam assessoria a clientes.

Tradução/interpretação de Língua Brasileira de Sinais: serviço prestado por profissionais qualificados para atuarem como tradutor/intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), com competência para realizar a interpretação das duas línguas (Português – Libras), de maneira simultânea e consecutiva, e proficiência em tradução e interpretação de Libras e da língua portuguesa, visando à garantia da comunicação entre a pessoa surda e o ouvinte, devendo levar em consideração a Lei n.º 12.319/2010 que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras, bem como os requisitos da ABNT NBR 15.599: Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços.

São também **atribuições do tradutor/intérprete de Libras**, dentre outras, as seguintes:

- efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas na instituição, nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- atuar nos processos seletivos para cursos na instituição;
- atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição;
- intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- intermediar a comunicação entre surdos e surdos por meio da Libras para outra língua de sinais e vice-versa;
- traduzir textos escritos, orais ou sinalizados da Língua Portuguesa para a Libras e vice-versa.

Os **empregados da CONTRATADA serão recrutados** em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, designado para a execução dos serviços.

O CONTRATANTE deverá instituir banca de avaliação dos trabalhadores ocupantes dos postos de tradutor/intérprete de Libras, que realizará a avaliação da prestação dos serviços, por posto, no período posterior a 45 (quarenta e cinco) dias de atuação inicial do profissional. Concluída a avaliação, será enviado à CONTRATADA relatório conclusivo que versa sobre os trabalhos de avaliação conduzidos pela banca relativo a cada posto de trabalho.

Em casos de substituições do trabalhador no posto de trabalho, a CONTRATADA terá até 24 (vinte e quatro) horas para atendê-las, devendo, neste prazo, efetuar o recrutamento, a seleção e o encaminhamento dos novos profissionais.

A CONTRATADA deverá manter banco de reserva de candidatos para os postos contratados e a contratar.

Para o exercício da profissão, o tradutor/intérprete de Libras preencherá os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- III - ser diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras ou ainda ser diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa.
- VI - não ter antecedentes criminais registrados; e
- VII - estar quite com as obrigações eleitorais e/ou militares.

A execução dos serviços se dará nos turnos matutino, vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados. Para cômputo da planilha de custos, a licitante deverá considerar o adicional noturno dos profissionais que ultrapassam o horário de 22h. Os horários poderão ser alterados conforme solicitação da fiscalização.

Os serviços poderão ser, eventualmente, executados em finais de semana, para atendimento às atividades acadêmicas, desde que a carga horária semanal de trabalho do prestador de serviço não ultrapasse a carga horária do respectivo posto de trabalho.

Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. POR TILSP	PERIODICIDADE
01	Camisa Manga curta, gola polo, 100% algodão	2	semestral
02	Calça Jeans cor escura	2	semestral
03	Sapato profissional, fechado na parte superior e no calcanhar, solado antiderrapante, confeccionado de material leve e confortável	1	anual
04	Par de meias	2	semestral
05	Cinto de couro	1	anual

A CONTRATADA deverá fornecer conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído conforme periodicidade indicada na tabela acima, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

A contratada deverá fornecer crachá a todos os funcionários, confeccionados em PVC 10mm, em policromia, frente e verso, com suporte para crachá.

Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- **Campus Itapetinga:** Avenida Júlio José Rodrigues, s/n, Bairro Clerolândia, CEP: 45.700-000, Itapetinga/BA.

É de responsabilidade da CONTRATADA o registro e o controle do ponto dos seus funcionários, devendo apresentar à CONTRATANTE, juntamente com o faturamento mensal, a folha de ponto assinada ou impressão dos comprovantes caso opte por usar dispositivo eletrônico.

Caso a contratada faça opção por usar o registro do ponto em equipamento eletrônico biométrico, esta deverá observar o seguinte:

- Em caso de viagens ou deslocamentos que impeçam o registro do ponto no equipamento eletrônico biométrico, o registro das horas trabalhadas se dará mediante folha de ponto manual;
- As horas não registradas no ponto eletrônico, devido às situações descritas no item acima, serão justificadas e comprovadas mediante apresentação da folha de ponto manual, porém o sistema eletrônico de ponto deverá permitir tais ajustes para fins de automatização do controle das horas trabalhadas; e
- Em caso de eventuais problemas no equipamento de ponto eletrônico, as manutenções serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Durante o contrato será adotado o instrumento de **CONTA DEPÓSITO-VINCULADA BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO**, como mecanismo de diminuição de riscos da execução do contrato, conforme inciso I do parágrafo 1º do Art. 18 da IN nº 05/2017.

A Contratada deverá manter **Preposto** da empresa para realização das comunicações junto a CONTRATANTE. O preposto deverá ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades desta contratação foram definidas com base no histórico do serviço utilizado pelo campus bem como baseada nas novas demandas apresentadas.

A seguir, segue a tabela com as quantidades a serem licitadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD. ANUAL
01	Tradutor/intérprete de Libras (30h)	12637	posto	08
02	Tradutor/intérprete de Libras - hora avulsa	12637	hora	1.000

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 920.065,44

O valor estimado desta contratação é de R\$ 943.169,76 (novecentos e quarenta e três mil cento e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos), conforme detalhado na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTD. ANUAL	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	Tradutor /intérprete de Libras - 30 horas	12637	posto	08	R\$ 8.042,81	R\$ 64.342,48	R\$ 772.109,76
02	Tradutor /intérprete de Libras - hora avulsa	12637	hora	1.000	R\$ 171,06		R\$ 171.060,00
VALOR TOTAL							R\$ 943.169,76

A metodologia utilizado para estimar os valores referenciais para o item 01 levou em consideração o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços (documento anexo ao autos), em conformidade com o item 2.9, do Anexo V da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017.

Para Composição da Remuneração, na referida planilha de custos, foram consideradas os valores constantes da justificativa para composição do salário base do profissional tradutor/intérprete de Libras, conforme documento anexo a este estudo, que deverá ser utilizada como parâmetro também na fase de licitação.

Ainda sobre a planilha de custos e formação de preços, utilizou-se como referência para composição dos custos com auxílio alimentação, assistência médica e odontológica além dos custos com seguro de vida, os valores previstos na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 BA000817/2024 SEAC /SINDILIMP.

Para o módulo, da referida planilha de custos, que trata sobre o custos com uniformes, realizou-se pesquisa de mercado com no mínimo 3 fornecedores para determinação do valor de referência, por meio da média dos preços pesquisados.

Sobre a obtenção do valor de referência para o item 2, realizou-se levantamento de contratações de mesma natureza realizada por outros órgãos da Administração Pública Federal, realizadas nos últimos 6 meses, obtendo-se o valor por meio da média dos valores apurados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A Administração decidiu pelo **NÃO parcelamento do objeto da contratação**.

O **Art. 40, da Lei n. 14.133/2021**, diz que: O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados: [...]

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O motivo pelo **NÃO parcelamento da solução** é a inviabilidade técnica que poderia surgir ao contratar duas empresas diferentes para executar o mesmo objeto, o qual apresenta itens com características de continuidade, podendo ensejar em prejuízo na execução dos serviços.

O **Art. 47, da Lei n. 14.133/2021**, comenta que as licitações de serviços atenderão aos princípios:

[...]

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Assim, em alusão a **Súmula TCU nº 247** e ao inciso **II do § 1º do art. 47 da Lei nº 14.133/2021**, entende-se que da forma como foi organizado, não haverá prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Por isso, **não foi realizado o parcelamento da solução**, levando em consideração as demandas do campus Itapetinga.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O serviço a ser contratado por este certame **não necessita da realização de outras contratações correlatas** e/ou interdependentes para que os seus objetivos sejam atingidos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está aliada com o Planejamento Estratégico dos campi envolvidos, alinhando ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do órgão.

A contratação também encontra previsão no **Plano Anual de Contratações (PCA) de 2024**, tendo em vista a necessidade contínua da prestação do serviço, conforme previsto no respectivo PCA mostrado a seguir:

CAMPUS ITAPETINGA	
I) ID PCA no PNCP:	10724903000179-0-000003/2024
II) Data de publicação no PNCP:	19/05/2023
III) Id do item no PCA:	145
IV) Classe/Grupo	859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE
V) Identificador da Futura Contratação	154580-90021/2023

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Garantir acessibilidade comunicacional, cumprindo com as políticas de acesso, permanência e êxito.

Ancorados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Profissional TILS – Tradutor Intérprete de Língua de Sinais é fundamental para a efetivação da Educação Inclusiva das pessoas com deficiência, uma vez que proporciona meios de comunicação, de escrita e de auxiliar nas atividades pedagógicas, contribuindo com o ensino e aprendizagem desse público. Além de criar laços de amizade desenvolvidos na convivência, trazendo a oportunidade de aprender uns com os outros e de serem membros ativos no âmbito escolar.

Assim, o aluno com deficiência, quer seja, motora, auditiva, visual, entre outras, possa exercer seu papel de cidadão e tenha direito de receber educação como qualquer outro estudante.

Sendo assim, acreditamos que os profissionais previstos neste ETP poderão proporcionar aos estudantes com necessidades específicas um aprendizado de qualidade.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade alguma de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços, tendo em vista que hoje eles funcionam de forma exitosa. Ocorrerá apenas a sua substituição do contrato atual pelo futuro contrato objeto deste certame.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Após avaliação dos ambientes, em que serão prestados os serviços, não foram identificados possíveis impactos ambientais.

De toda forma, **a empresa CONTRATADA contratada** deverá adotar medidas ambientalmente responsáveis, onde for possível, fazendo aquisição e uso consciente dos materiais necessários à prestação dos serviços, atendendo às orientações descritas no GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS para as aquisições e uso dos insumos, a fim de evitar possíveis contaminações e acidentes com o uso/manuseio de produtos que possam causar danos a saúde e/ou ao meio ambiente (fauna e flora).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NAYRON BRITO ROCHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 09:25:21.

JOYCE SANTANA ARAUJO SILVA

Membro da comissão de contratação

GILMARA NASCIMENTO FERREIRA

Membro da comissão de contratação

PATRICIA ABREU NOLASCO

Membro da comissão de contratação